

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Enquadramento sindical segue a atividade efetivamente exercida

 O TST enquadrou como radialista uma empregada registrada como auxiliar administrativa que, na prática, exercia funções de diretora de imagem (iluminação, áudio, cenografia, direção de apresentadores) em empresa de ensino a distância, com aulas transmitidas por streaming e via satélite. O colegiado entendeu que a proteção legal da categoria de radialista (Lei 6.615/1978) se estende a empresas que utilizem meios técnicos de difusão em circuito fechado, ainda que não sejam emissoras tradicionais de radiodifusão, prevalecendo a primazia da realidade sobre a nomenclatura contratual e a atividade-fim do empregador.

♦ **RELEVÂNCIA:** O enquadramento sindical e os direitos de categoria diferenciada (como jornada reduzida) são definidos pelas funções efetivamente exercidas pelo empregado, não pelo cargo registrado ou pelo ramo de atuação declarado da empresa. Empregadores que utilizam produção audiovisual ou de transmissão (ensino a distância, marketing, comunicação interna) devem avaliar se as funções desempenhadas se enquadram em categorias diferenciadas, independentemente de não atuarem como emissoras.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/diretora-de-imagem-de-empresa-de-ensino-a-distancia-e-enquadrada-como-radialista>

2. CNPJ ativo, isoladamente, não comprova que estabelecimento permanece em atividade para fins de estabilidade da Cipa

 O TST manteve o entendimento de que a estabilidade provisória de membro da Cipa está condicionada à efetiva atividade do estabelecimento, e que a manutenção do CNPJ ativo, por si só, não é suficiente para demonstrar que a unidade continua em operação. O colegiado reafirmou que o encerramento do contrato de prestação de serviços e a consequente extinção da Cipa no local equivalem à extinção do estabelecimento para fins da garantia de emprego prevista no art. 165 da CLT.

♦ **RELEVÂNCIA:** Ao encerrar uma unidade ou estabelecimento, a manutenção do CNPJ ativo por razões administrativas (contratos em curso, afastamentos previdenciários) não

gera, por si só, o risco de perpetuar garantias de estabilidade vinculadas à atividade daquele local, desde que a cessação efetiva das operações esteja bem documentada.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/cnpj-ativo-nao-basta-para-provar-que-empresa-continua-em-operacao>

3. Acesso não autorizado a mensagens privadas de aplicativo invalida prova para fins de justa causa

 O TST considerou ilícita a prova obtida por acesso não autorizado a conversas de aplicativo de mensagens de uma empregada, aberto em computador da empresa durante manutenção do equipamento, e reverteu a dispensa por justa causa nela fundamentada. Para o colegiado, o fato de o equipamento pertencer à empresa não autoriza a leitura de comunicações privadas do empregado sem seu consentimento, e depoimentos que apenas confirmam ciência de uma orientação interna, sem comprovar a conduta faltosa em si, não são suficientes para sustentar a dispensa por justa causa quando a prova ilícita é excluída.

 **RELEVÂNCIA:** Provas obtidas mediante acesso não autorizado a aplicativos de mensagens pessoais, mesmo quando abertos em equipamento corporativo, são inválidas para fundamentar dispensa por justa causa. Investigações internas devem se apoiar em evidências obtidas de forma lícita e por meios que não violem a privacidade do empregado.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/provas-obtidas-em-whatsapp-de-supervisora-sao-consideradas-invalidas-para-justa-causa>

4. Internação de recém-nascido em UTI prorroga o período de estabilidade gestacional

 O TRT-15 determinou que o período de internação de recém-nascido em UTI neonatal seja computado como prorrogação da estabilidade gestacional da empregada, por analogia ao entendimento do STF (ADI 6327) sobre prorrogação da licença-maternidade em casos de internação superior a 14 dias. O colegiado destacou que a finalidade protetiva da estabilidade, resguardar o convívio familiar e a proteção do binômio materno-infantil, não se cumpre enquanto o bebê permanece hospitalizado, de modo que o prazo de cinco meses não deve ser contado de forma estanque a partir do parto.

 **RELEVÂNCIA:** Empregadores devem considerar que o prazo da estabilidade gestacional pode ser estendido quando houver internação do recém-nascido em UTI logo após o nascimento, com reflexos em salários, FGTS, férias e 13º salário durante o período de prorrogação — informação relevante para o cálculo de rescisões e reintegrações envolvendo empregadas gestantes.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/4a-camara-prorroga-estabilidade-gestacional-apos-internacao-de-recem-nascido-em-uti>

5. Tomadora de serviços responde subsidiariamente quando não comprova fiscalização efetiva do contrato terceirizado

 O TRT-15 manteve a responsabilidade subsidiária de uma tomadora de serviços pelo pagamento de créditos trabalhistas de empregado de empresa terceirizada, por entender que a contratante teve conhecimento de irregularidades da prestadora (atrasos salariais e descumprimento de obrigações trabalhistas) e se limitou a expedir notificações, sem reter faturas, aplicar sanções ou rescindir o contrato — conduta considerada insuficiente para caracterizar fiscalização efetiva. A responsabilidade subsidiária alcança todas as verbas da condenação, incluindo multas da CLT, honorários advocatícios, verbas rescisórias e FGTS com a multa de 40%.

♦ **RELEVÂNCIA:** A mera notificação formal à prestadora de serviços diante de irregularidades conhecidas não é suficiente para afastar a responsabilidade subsidiária do tomador. É indispensável documentar medidas efetivas de fiscalização — retenção de faturas, aplicação de sanções contratuais ou rescisão — sob pena de responsabilização por todas as verbas da condenação trabalhista.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/11a-camara-mantem-responsabilidade-subsiidiaria-da-tomadora-de-servicos-por-debitos>

6. Regime jurídico privado de empresa pública afasta limitação a reajuste salarial em dissídio coletivo

 O TRT-15 concedeu, em dissídio coletivo de natureza econômica, revisão salarial de 4,85% aos empregados celetistas de uma empresa pública municipal, rejeitando a alegação de impossibilidade jurídica do pedido. O colegiado entendeu que, por possuir personalidade jurídica de direito privado e submeter seus empregados ao regime da CLT, a empresa pública não se enquadra na restrição da OJ nº 5 da SDC/TST (aplicável a pessoas jurídicas de direito público), sendo cabível a fixação de reajuste por sentença normativa no exercício do poder normativo da Justiça do Trabalho (art. 114, §2º, CF).

♦ **RELEVÂNCIA:** Empresas públicas e sociedades de economia mista organizadas sob regime celetista estão sujeitas ao poder normativo da Justiça do Trabalho em dissídios

coletivos, inclusive quanto a reajustes salariais, não se beneficiando da restrição aplicável a entes de direito público — ainda que dependam de recursos do ente federativo controlador.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/sdc-concede-reajuste-salarial-em-dissidio-coletivo-de-empresa-publica-municipal>

7. STJ reconhece danos morais coletivos por omissão estatal na demarcação de terras quilombolas

 A 1ª Turma do STJ manteve a condenação solidária da União e do Incra ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da demora superior a 15 anos na demarcação e titulação de terras de comunidade quilombola. O Tribunal entendeu que a inércia administrativa prolongada configurou violação a direitos fundamentais da coletividade, justificando a reparação por danos morais coletivos.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilização do Poder Público por omissões na implementação de políticas fundiárias e territoriais, tema que pode repercutir em processos envolvendo regularização fundiária, demarcação de territórios tradicionais e segurança jurídica no campo.

 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/20072026-Informativo-destaca-danos-morais-coletivos-pela-inercia-do-Estado-na-demarcacao-de-terras-quilombolas.aspx>

8. STJ afasta exigência de má-fé do proprietário para apreensão e perdimento de maquinário utilizado em crime ambiental

 A 2ª Turma do STJ decidiu que a apreensão e o perdimento de maquinário utilizado em infração ambiental independem da comprovação de má-fé do proprietário. O colegiado entendeu que a medida possui natureza objetiva e recai sobre o bem utilizado no ilícito, devendo o perdimento observar o devido processo administrativo, ainda que o proprietário não tenha participado da infração.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente amplia os riscos jurídicos para proprietários que locam ou cedem máquinas agrícolas, reforçando a necessidade de adoção de mecanismos de diligência, controle contratual e monitoramento da destinação dos equipamentos.

 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/22072026-Apreensao-e-perda-de-maquinario-usado-em-crime-ambiental-nao-dependem-de-ma-fe-do-proprietario.aspx>

9. TRF-3 mantém guarda definitiva de animal silvestre adaptado ao ambiente doméstico

 A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu que um animal silvestre que vive há muitos anos em ambiente doméstico, sem indícios de maus-tratos e cuja reintegração à natureza possa lhe causar prejuízos, pode permanecer com seus tutores. O colegiado aplicou os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do bem-estar animal, ressaltando que a solução depende das circunstâncias específicas do caso concreto e não afasta a proteção legal da fauna silvestre.

 **RELEVÂNCIA:** O entendimento pode servir de referência em discussões envolvendo destinação de animais silvestres apreendidos em propriedades rurais e na atuação administrativa dos órgãos ambientais.

 <https://www.conjur.com.br/2026-jul-22/animal-silvestre-adaptado-a-ambiente-domestico-nao-precisa-ser-devolvido-a-natureza/>

10. TRF-3 mantém auto de infração ambiental por descumprimento de metas de logística reversa de óleo lubrificante

 A 4ª Turma do TRF-3 negou provimento ao agravo de instrumento e manteve a validade do auto de infração aplicado pelo Ibama por descumprimento das metas de logística reversa de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC). O Tribunal entendeu que o cálculo das metas deve observar o volume médio de vendas do trimestre civil anterior, conforme a Resolução Conama nº 362/2005, e reafirmou que o Poder Judiciário não pode substituir o mérito técnico da Administração Pública na ausência de ilegalidade.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a interpretação restritiva do controle judicial sobre autos de infração ambiental e confirma a aplicação das regras de logística reversa previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

 <5002620-35.2024.4.03.0000>

11. CARF mantém anulação de créditos de PIS sobre aquisições de café de empresas irregulares

 O CARF analisou pedido de ressarcimento de créditos de PIS de empresa exportadora e agroindustrial do setor cafeeiro. O Conselho manteve a anulação dos créditos sobre aquisições de café de fornecedores considerados irregulares, por entender não comprovada

a certeza e liquidez do direito creditório, mas reverteu as anulações relativas a despesas de condomínio comprovadas.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a importância de comprovar a regularidade e a efetividade das operações que fundamentam créditos tributários, especialmente em pedidos de ressarcimento ou compensação no setor agroindustrial.

🔗 [11543.003094.2005-71.pdf](#)

12. Prescrição intercorrente no Carf gera anulação de multa aduaneira

📄 O CARF aplicou o entendimento firmado pelo STJ no Tema 1.293 e reconheceu a prescrição intercorrente em um processo de multa aduaneira de natureza não tributária que permaneceu paralisado por mais de três anos, determinando a anulação da penalidade. A decisão reforça que as infrações aduaneiras de caráter administrativo estão sujeitas às regras da Lei nº 9.873/1999, diferentemente das infrações estritamente tributárias.

✦ **RELEVÂNCIA:** O entendimento também interessa ao agronegócio, especialmente a produtores rurais, cooperativas, agroindústrias e empresas exportadoras e importadoras do setor. Processos administrativos aduaneiros antigos e paralisados por longos períodos poderão ser revistos à luz desse precedente, ampliando as possibilidades de defesa e reforçando a segurança jurídica nas operações de comércio exterior.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-jul-20/prescricao-intercorrente-no-carf-permite-anulacao-de-multa-aduaneira/>

13. TIT/SP afasta aplicação de regime especial de ICMS em aquisições de produtores rurais de outro Estado

📄 O TIT/SP analisou autuação contra empresa do setor citrícola/agroindustrial envolvendo créditos indevidos de ICMS, falta de pagamento do imposto e outras irregularidades fiscais. No ponto de maior interesse para o setor rural, o tribunal manteve a anulação relacionada às aquisições de laranja de produtores rurais de Minas Gerais, entendendo que o regime especial utilizado pela empresa era restrito às operações com frutas provenientes de pomares localizados no Estado de São Paulo. O recurso foi parcialmente provido apenas para reduzir os valores exigidos em outros itens da autuação.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para produtores rurais e agroindústrias ao reforçar que regimes especiais de ICMS devem ser aplicados dentro de seus limites territoriais e condições específicas. No caso, o fato de os estabelecimentos adquirente e industrializador

estarem em São Paulo não permitiu estender o regime às laranjas adquiridas de produtores mineiros.

 [Processo nº 4142291-0.pdf](#)

14. CARF decide sobre IRPF e descaracterização de condomínio rural na exploração conjunta da atividade agropecuária

 O CARF analisou autuação de IRPF envolvendo contribuinte que alegava exercer atividade agropecuária por meio de condomínio rural. Prevaleceu o entendimento de que não ficou comprovada a existência do condomínio, mantendo-se a tributação dos valores recebidos como rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício. O recurso foi parcialmente provido apenas para cancelar a cobrança relativa a depósitos bancários cuja origem foi posteriormente comprovada.

♦ **RELEVÂNCIA:** O entendimento é relevante para produtores rurais que exercem atividades em conjunto, pois reforça a necessidade de comprovar a efetiva constituição e exploração compartilhada do condomínio rural, sob pena de os valores recebidos serem caracterizados como remuneração por prestação de serviços, e não como resultado da atividade rural.

 [12448.732186.2014-01.pdf](#)

15. CARF reconhece créditos de PIS/Cofins sobre manutenção de veículos pesados, frete na aquisição de gado e despesas com descarga

 O CARF analisou pedido de ressarcimento de créditos de PIS/Pasep de empresa do setor frigorífico/agroindustrial, cuja atividade envolve a compra, o abate e a desossa de gado bovino. O colegiado deu parcial provimento ao recurso, reconhecendo, por unanimidade, créditos sobre manutenção de veículos pesados utilizados no transporte do gado, fretes na aquisição de gado bovino e despesas com descarga. Por outro lado, manteve, por maioria, as glosas relativas às comissões sobre compras e às aquisições de insumos sujeitos à alíquota zero

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente é relevante para o setor pecuário e agroindustrial, pois analisa o creditamento de PIS/Cofins sobre despesas diretamente relacionadas à aquisição, transporte e processamento de gado, demonstrando a aplicação dos critérios de essencialidade e relevância às particularidades da cadeia produtiva frigorífica.

 [10183.904477.2013-41.pdf](#)

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.



FAESP



SENAR

SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

 @faespsenarsp |  @faesp_senarsp |  (11) 94710.8788